

RECENÇÕES

BOFF, Clodovis. OSM: **Teologia e Prática: Teologia do Político e suas Mediações**. 407 páginas, 21 X 13,7 cm., Vozes, Petrópolis, RJ, 1978.

O autor se baseou especialmente em Gutierrez e H. Assmann e secundariamente em L. Boff, Dussel e Comblin. É interessante também observar que, com o nome de Teologia do Político, o autor inclui todas as teologias adjetivadas (da Libertação, do Cativo, da Revolução, da Violência, etc.).

Clodovis Boff coloca as exigências metodológicas expressas pela Teologia do Político, e de modo particular pela Teologia da Libertação, em três áreas: A interlocução da Teologia com as ciências sociais, a releitura política das Escrituras cristãs e a relação orgânica da Teologia com a Práxis. A primeira, dá o nome de "Mediação Sócio-Analítica"; à segunda, de "Mediação Hermenêutica"; e à terceira, de "Dialética Teoria-Práxis.

Em seguida o autor constata que o nível de criticidade da Teologia do Político se apresenta bastante elevado, mas o da consciência propriamente epistemológica (consciência de

ciência) é ainda muito elementar. A Teologia do Político usa proposições de caráter metodológico (definições, postulados, regras, etc), mas elas em geral aparecem no próprio corpo da teoria como tal, não sendo trabalhadas expressamente em função de sua aplicação. Como diria Aristóteles: "É um absurdo procurar ao mesmo tempo a ciência e o método da ciência". E a Teologia do Político não se teria dado conta da distinção fundamental entre uma disciplina e sua epistemologia. Além disso, existe, segundo Boff, uma outra confusão e que se opera entre conhecimento e realidade, entre Teoria e Práxis. Assim, a transformação teórica da realidade toma o lugar da própria transformação real. A prática teórica é tomada pela prática política, o que não passa dum idealismo, segundo o autor.

Na questão referente à relação da Teologia com as ciências sociais (mediação sócio-analítica), a Teol. do Político teve o privilégio de substituir o

filósofo como tradicional interlocutor, pelo analista social, mas os problemas não estão resolvidos com esta mudança de perspectiva. Surgem novos problemas para a Teologia. A questão epistemológica mais espinhosa se relaciona com o código que deve governar a interlocução das disciplinas em jogo. Enquanto a Teol. do Político não tira a limpo tal indagação ela permanecerá incapaz de responder às censuras que lhe são dirigidas (tais como, o bilingüismo, a mixagem semântica, a socialização da teol., o pragmatismo teórico, etc).

No que se refere à relação da Teol. com a positividade da fé (mediação hermenêutica), a Teol. do Político se esqueceu de pensar no que constitui a formalidade do seu discurso próprio: a referência constituinte às Escrituras cristãs. Em consequência ela perdeu em parte a consciência de sua identidade real, de modo que passou a produzir discursos que não passam de sociologia religiosa, de análise das teorias políticas, bíblicas, etc. Assim, a Teol. do Político criou uma oposição artificial à teologia tradicional por motivos ideológicos. Criticando a teologia tradicional (que lhe parecia ligada institucionalmente à ideologia dominante) a Teol. do Político pretendeu em parte substituí-la, mas não se mostrou capaz de sustentar a impugnação da teologia tradicional na medida em que se descuidava de entreter a relação identifica-

dora com a Positividade da Fé (Revelação). Assim, a custo ela conseguiu evitar, segundo o autor, os extremos da "picaretagem hermenêutica" e do "positivismo semântico".

Em relação à dialética Teoria-Práxis, a Teol. do Político insistiu muito no que concerne à relação vital da Teoria com a Práxis. Falou-se da Práxis como ponto de partida (lugar), de passagem (meio), de chegada (destinação) e finalmente como critério de verdade. Mas o que significa tomar a Práxis como ponto de partida da prática teológica? O que é o "lugar" do pensar teológico? No afã de transformar a ordem do mundo, caiu-se na armadilha de confundir a idéia da coisa com a própria coisa. Desprezou-se então a teoria em favor da prática, opôs-se o abstrato ao concreto e a práxis foi definida como critério de verificação da Teoria. Assim, esqueceram-se evidências tais como, ver que a Teoria é Teoria e Práxis é Práxis; que não há passagem linear entre Teoria e Práxis em nenhum dos sentidos. Cabe então à Epistemologia colocar os termos que permitem compreender ao mesmo tempo, tanto a autonomia de cada uma das ordens em questão, quanto a sua dependência recíproca. Esta é uma das grandes questões que o autor se propõe a encaminhar na sua tese.

Após este exame crítico da problemática epistemológica da

Teol. do Político, o autor passa à proposição construtiva, defendendo a tese de que o discurso da Teol. do Político se sustenta sobre os dois pilares-mestres que são a Mediação Sócio-Analítica e a Mediação Hermenêutica, sendo que a Práxis é o solo onde eles se assentam. Os elementos que entram na composição de um modelo metodológico são o objeto teórico e o modo de sua apropriação, que na Teol. do Político nos são já dados na própria denominação de "Teologia do Político", onde "Político" aparece como sendo o objeto teórico, e "Teologia", o modo de sua produção.

Como se instauram estes dois elementos na operação da prática teórica de uma Teol. do Político? A Mediação Sócio-Analítica é a primeira no sentido lógico e cronológico, pois ela prepara a matéria-prima da operação teológica. A Mediação Hermenêutica tem primazia na ordem da importância, pois ela transforma o Político, conferindo-lhe forma específica. A Práxis pode ser meio, no sentido do "medium in quo" se faz a teologia. Ela segue o processo teórico por inteiro, mas não o constitui como tal. A Práxis não entra na instauração do estatuto epistemológico da Teol. do Político, mas no seu estatuto social e histórico.

O autor coloca seu trabalho em forma de teses, que são a expressão de suas posições metodológicas. Boff pensa que os procedimentos utilizados pa-

ra a construção de um método de Teol. do Político foram fundados sobre um assento epistemológico suficientemente largo para permitir uma generalização que reponha esta teologia dentro de seu horizonte adequado. Para o autor a Teol. do Político deve ser entendida como um caso de uma espécie determinada de teologia. A diferença entre uma "Teologia 1" (tradicional) e uma "Teologia 2" (ocupada com as realidades seculares) se baseia unicamente na problemática e não na pertinência (modo de teologizar). O método continua o mesmo substancialmente, embora deva sofrer refundição provinda da natureza material do novo campo.

Especificamente quanto à Teol. da Libertação, ela passa a ser considerada como um tipo de Teol. do Político. Essa deslocação imposta pela postura epistemológica do autor, é considerável em comparação ao lugar que seus próprios teólogos lhe adjudicaram. Não se faz teologia como se quer: há leis para a prática teológica. Ora, segundo estas leis, o que pode ser "libertação" senão um tema da Teologia? Boff nega que as produções atuais da Teol. do Político (libertação, cativoiro, da esperança, da revolução, etc) possam ter a pretensão de constituir uma outra teologia alternativa à teologia "clássica". Teologia só existe uma (formalmente falando). Neste aspecto o autor se coloca ao lado dos teólogos da libertação, opondo-se a uma

"teologia de adjetivos" como sub-sistemas acabados de reflexão da Fé. Contudo a Teologia da Libertação só pode dar corpo a discurso determinado a preço da dissimulação dos conteúdos teóricos que estão pressupostos neste mesmo discurso e que somente a Teologia clássica lhe pode fornecer. Para o autor, a única grande demarcação possível no interior do campo teórico da Teologia só pode ser no sentido Deus/Mundo. O autor conclui afirmando que a Teologia do Político e, a fortiori, a Teologia da Libertação, não devem ser rejeitadas mas situadas e compreendidas.

Terá o autor conseguido o

seu intento, de estabelecer para a Teologia do Político uma consciência de ciência (consciência epistemológica)? Foi esta a principal intenção do autor. Pode-se com certeza colocar Clodovis Boff entre os primeiros e talvez o principal autor que procurou estabelecer, demarcar os códigos que devem governar uma Teologia que ainda engatinha, dando assim um grande passo para eliminar as censuras mais comuns dirigidas à Teologia do Político em geral (críticas de mixagem semântica, bilíngüismo, socialização da Teologia, etc).

José Renato Schaefer

FORREL, George W.: *Fé ativa no amor*. Traduzido do original norte-americano por Geraldo Korndörfer. 190 pp., 20 X 15 cm. Concórdia S.A. e Editora Sinodal. Porto Alegre-São Leopoldo. 1977.

O objetivo do autor é o de estabelecer e desenvolver os princípios básicos que subjazem à ética social de Lutero e que inspiram suas atitudes específicas, no confronto com os problemas ético-sociais.

A proposição do problema ético (cap. II) e a análise das dificuldades, isto é das incriminações levantadas contra a ética de Lutero (cap. III), articulam-se num gênero literário pouco diverso do vigente na

época da mais intensa controvérsia católico-protestante (hoje, largamente superada), o que não contribui com nenhum elemento necessário ou de valor ao esclarecimento sereno das razões objetivas das divergentes interpretações da mesma e única palavra de Deus.

O cap. IV, no qual o autor procura identificar o princípio metodológico de Lutero, para a indagação e análise de sua doutrina ético-social, prossegue no

mesmo gênero polêmico, desta vez em confronto com os outros autores evangélicos, notadamente alemães, inculcados indistintamente de quase ineludível tendência ao reducionismo sistêmico, em suas interpretações da doutrina luterana (pp. 41 ss.). Curioso é constatar que o autor, após mover tão graves reservas aos autores luteranos que interpretaram a doutrina de Lutero, a partir de um princípio unificante, acaba ele também por fazer o mesmo, só contradistinguindo-se dos demais, por basear-se não somente em um, mas em diversos princípios.

Esses princípios vem enunciados e tematizados nos capítulos V, VI e VII, como o princípio da "justificação mediante a fé" (p. 85), traduzido em "fé ativa no amor" que enseja o título do livro, no princípio do reconhecimento das "ordens naturais" (pp. 110 ss.) e, no princípio escatológico ou seja, na invencível persuasão de Lutero de estar iminente o advento do fim do mundo (pp. 156 ss.). O primeiro é enunciado como "princípio ético", o segundo como "princípio prático", e o terceiro como "princípio limitante".

A concepção da justificação mediante "a fé ativa no amor" contrapõe o autor a visão "católico-escolástica-aristotélica" de uma fé-virtude, formada por atos repetidos, atuante unicamente em vista de méritos

que, de nossa parte, só pode se nos afigurar como uma caricatura da concepção católica da fé, mesmo em suas traduções mais rigorosamente "tomistas". Parece não advertir bem o autor os dois planos em que se move o pensamento dos autores escolásticos: o filosófico e o teológico e, menos ainda, a distinção entre as opiniões particulares de teólogos e a doutrina universal do magistério da Igreja.

No cap. V, respondendo à crítica movida a Lutero de ter no confronto com os problemas sociais, abandonado "... todas as noções especificamente cristãs, modelando a sua ética social em conformidade com a "lei natural" (p. 110), distinguem-se duas ordens reconhecidas por Lutero: a do plano da fé e as "ordens naturais", ordens essas estabelecidas por Deus, sim, e só possíveis de se realizar através de "homens miraculosos", baseadas na lei natural e na razão, mas completamente envolvidas pelo pecado, em decorrência de sua concepção de uma natureza sempre decaída e de um mundo sempre pecador, mas necessárias porquanto aplicáveis e compreensíveis a todos os homens, também aos não cristãos. O "ponto-de-contato" só pode situar-se no cristão individual, mediante sua fé ativa no amor, pela qual passa a ser penetrada a ordem social (p. 148).

O último capítulo encerra a exposição com o princípio de-

nominado de "limitante" da ética social luterana. Esse consiste, segundo o autor, na persuasão escatológica de Lutero, convicto do iminente fim desse mundo todo entregue ao poder do "Anti-Cristo", na pessoa do Papa e do poder avassalador dos turcos, que ameaçavam a cristandade.

Esse princípio teria atuado com fator "quietivo", impedindo a Lutero de tornar-se um reformador social e induzindo-o a esperar a solução dos problemas sociais e políticos do seu tempo através da intervenção divina e não através de esforços humanos (p. 168).

Toda a exposição é abundantemente acompanhada de citações e de textos de numerosos autores das mais variadas orientações religiosas e sociais (os

textos citados superam praticamente o texto do autor). Sem ter um conhecimento maior de muitos autores citados, entretanto, pelo critério seguido na citação de textos isolados de autores mais conhecidos, parece-nos que a objetividade da análise perde não pouco por uma confrontação de textos, não necessariamente significativos do conjunto da doutrina do respectivo autor e muito menos do seu contexto histórico.

Mesmo assim, a originalidade da obra e também seu mérito, a nosso ver, consiste justamente na tentativa de explicitar uma dimensão pouco freqüente nos estudos e análises da doutrina luterana, ou seja, a sua dimensão ético-social.

L. Adami

IWAND, Hans Joachim: **A justiça da fé**. Exposição conforme a doutrina de Lutero. Traduzido do original alemão por Walter Altmann e Lindolfo Weingärtner. 120 pp., 21,5 X 15,5 cm. Editora Sinodal. São Leopoldo. 1977.

Em face da sempre reconhecida dificuldade de dar da doutrina de Lutero uma visão sistemática e orgânica, consciente de que "inexiste entre os teólogos evangélicos concepção uniforme, quanto aos fundamentos da fé evangélica" (pref. p. 3), intenta o autor, a partir do princípio que ele considera a chave do pensamento luterano, "o ponto mais importante de sua

doutrina, a justiça mediante a fé" (p. 8), fazer desses pontos fundamentais da doutrina de Lutero sobre a fé, uma interpretação verdadeiramente autêntica e definitivamente esclarecedora.

Com esse objetivo, o autor retoma a tentativa, tantas vezes empreendida por teólogos evangélicos e especialmente alemães e tão vivamente critica-

da por outros, v. gr., por Forrel (cfr. recensão seguinte), de reduzir a doutrina luterana a um sistema.

Mediante o princípio hermenêutico da justiça justificante de Deus, considerada como a intuição fundamental, ou seja o de fazer valer o direito de Deus "Deum iustificare", por "uma tomada de posição do homem em favor de Deus contra si mesmo" (p. 11), analisa o autor, com abundantes citações, os conceitos fundamentais do pensamento de Lutero, como: o direito de Deus, o conhecimento de Deus, a lei e o evangelho, a fé e as obras, estendendo-se também a outros subsidiários, como os da predestinação, do pecado, da concupiscência, da cruz, etc. Entretanto, como quase sempre soe acontecer, uma interpretação a partir de um único princípio, por mais importante que este seja num autor, dificilmente está isenta de forçar certos textos. Compreende-se que este método esbarre com especiais dificuldades mormente para interpretar um pensamento tão complexo, tão ligado a contextos circunstanciais e por vezes até contraditórios, como o de Lutero.

O estudo é entretanto rico de indicações para a compreensão de uma das correntes interpre-

tativas da doutrina luterana e mais ainda de uma inspiração permanente que alimenta a vida e o culto de muitas comunidades evangélicas. Outra questão é de ter ou não logrado o autor seu intento. A crer na declaração acrescentada em posfácio, parece reconhecer o próprio autor, que não. Efetivamente aí escreve: "Tem sido levantadas, em especial por parte da dogmática, tão sérias e importantes perguntas à teologia de Lutero que hoje, se tivesse de reinterpretar de novo a doutrina da justiça da fé e da justificação (ponto de partida de toda a obra) eu não poderia deixar esses problemas tão de lado, como aqui dá a impressão de ter ocorrido." (post. p. 120).

Para o leitor luterano mais esclarecido, não será fácil reconhecer na concepção da fé e da justificação aqui exposta, sua própria profissão de fé, ao menos como é hoje mais comumente entendida.

Para o leitor católico, será ainda mais difícil reconhecer em diversas interpretações da doutrina católica, a sua própria compreensão da mesma e o que lhe é proposto como doutrina católica, pela Igreja.

L. Adami.

FEINER, Johannes e VISCHER, Lukas (editores): **O Novo Livro da Fé**. A fé cristã comum. Tradução de Pe. José Wisniewski F^º, SVD. 430 pp., 24 X 16 cm, Vozes, Petrópolis, 1976.

FEINER, J. — VISCHER, L. (obra dirigido por): **Nuevo Libro de la Fé Cristiana**. Ensayo de formulación actual. Traducción de Alejandro Esteban Lator Roos. 750 pp. 21,5 X 14 cm, Editorial Herder, Barcelona. 1977.

Trata-se da tradução do "Neues Glaubensbuch. Der gemeinsame christliche Glaube", publicado pela Editora Herder, Freiburg no ano de 1973. Até fins de 1974 estavam impressas 10 edições! Para um livro de teologia científica este resultado manifesta o interesse enorme que despertou, ao menos nos países de língua alemã. E já temos aqui as duas traduções para o português e o espanhol.

O que interessava, era a fé comum. Depois de tanta divisão e discussão durante os quatro séculos passados, teólogos "evangélicos" e "católicos" tomaram a iniciativa de apresentar para os cristãos "ecumênicos" dos nossos dias "a fé cristã comum". Um jornal, o "Frankfurter Allgemeine Zeitung", ocupou-se com a obra: "É um lance bem sucedido, uma teologia dogmática evangélico-católica, a primeira desde que no fim da Idade Média a Igreja universal se dividiu em "Confissões". Um grande lance!" A publicidade fala de "uma obra comunitária sem igual, que aponta para o futuro", "um livro que diz com uma voz, o que para todos os cristãos é base comum de

fé", "um livro necessário que responde hoje às urgentes questões da fé", "um livro de orientação para cada cristão que quer viver conscientemente a sua fé", "um sinal encorajador para o futuro da fé": todas estas são palavras tiradas da capa da 3ª edição alemã, de 1973.

Foi em outubro de 1969 que "se reuniu em Zurich, a pedido da Editora Herder, uma dúzia de teólogos da Alemanha, França e Suíça para debater o projeto e elaborar um plano comum. Chegou-se rapidamente a um acordo quanto à maneira de proceder" e dentro de pouco tempo surgiu um plano, que mais tarde sofreu diversas alterações. Em seguida foram convidados teólogos evangélicos e católicos a elaborar um texto fundamental para as várias partes. (pp. 14-15 da ed. das Vozes, que seguimos na indicação das pp.). O método estabelecido foi o seguinte: Um teólogo evangélico ou católico elaborou o tema da sua especialidade, para o qual foi convidado. Este manuscrito "fundamental" foi apresentado a um teólogo da mesma especialidade de outra Igreja, a fim de que ele desse o seu

parecer, se podia ou não concordar com o ponto de vista da sua Igreja. Cada capítulo está, pois, aprovado por um teólogo evangélico e um católico.

Na "Introdução" os dois editores agradecem o trabalho de coordenação aos Srs. Rob van Wezemaal e Otto Hermann Pesch; a este último também a elaboração estilística final da edição alemã. Confessam que "um dos aspectos animadores desta obra foi que a maioria dos autores procurados prontamente se declarou disposta a colaborar e a maior parte dos manuscritos foi entregue pontualmente, declarando-se os autores dispostos a cooperar no processo da redação, virtude que, nem de longe, é muito natural entre teólogos" (p. 15).

Quatro "partes" são dedicadas à "fé comum":

- I. "A pergunta por Deus", na história, outrora, hoje (cap. 1-4).
- II. "Deus em Jesus Cristo", toda a cristologia e sua evolução histórica (c. 5-12); é a parte mais extensa.
- III. "O homem Novo", da fé, da graça, na nova comunidade eclesial, na sua vida e nas relações com os não-cristãos (c. 13-17).
- IV "Fé e Mundo", o cristianismo no meio do mundo, das ciências questões seletas de moral e vida social (c. 18-22).

A "Parte V" ocupa-se das "questões disputadas entre as Igrejas". (c. 23-30). São temas discutidos desde o início da Reforma, tratados como hoje se apresentam no diálogo ecumênico: Escritura e Tradição, Graça e Obra, os Sacramentos, com um capítulo especial sobre o Matrimônio, Maria, a Igreja, com o problema "Papa e Infalibilidade"; termina com o cap. 30 sobre o "significado atual das Confissões". Nesta parte V são reassumidos alguns assuntos já tratados na "fé comum", mas agora focalizados em relação às divergências teológicas existentes entre as Igrejas.

Reconhecem os autores que "esta obra coletiva representa um primeiro ensaio", terá as suas "imperfeições" e que "a totalidade da tradição oriental quase não chega a aflorar no horizonte deste volume". Não obstante "os teólogos das várias confissões (católica, luterna, reformada; 19 cat., 17 evang.)... acalentam a esperança de poder incentivar a muitos irmãos... a uma comum profissão de fé na vida cristã" (Introdução, p. 16). Não lhes interessa absolutamente "fazer surgir, entre as Igrejas existentes, uma 'terceira confissão', mas levar os cristãos, no seio das suas próprias comunidades eclesiais, a colaborar para o crescimento simultâneo das Igrejas no rumo da unidade na pluralidade, meta dos esforços ecumênicos" (p. 16). É importante sublinhar esta finalidade do livro para a orien-

tação dos leitores. Não é um livro de uma nova fé, mas um novo livro a serviço da fé comum.

O movimento ecumênico entrou na fase de elaboração em comum da teologia cristã. É um passo dos mais esperançosos, um fruto do sopro do Espírito Santo com o fim de realizar uma plenificação maior do Reino de Deus na terra.

Tomemos um exemplo: a exposição sobre a fé na ressurreição de Jesus Cristo (pp. 115-129), no cap. 8 "O Deus dos vivos". Foi elaborado por Josef Blank, teólogo católico de Saarbruecken e revisionado por Ferdinand Hahn, teólogo evangélico de Mogúncia: A fé pascal existe na comunidade cristã primitiva. Todos os Evangelhos falam dele. "A partir do Iluminismo europeu dos séc. XVII e XVIII a fé cristã na ressurreição se transformou em problema sempre mais complexo". Falou-se das contradições nos relatos dos Evangelhos, principalmente desde que G. E. Lessing publicou (1774) os "Fragmentos de um anônimo", pondo às claras essas "contradições". Perguntou o "anônimo" (o hamburguês Hermann Samuel Reimarus): "Como se pode desejar que o mundo inteiro, o gênero humano em peso, em todas as latitudes, longitudes e tempos devam basear a sua religião, fé e esperança de salvação no depoimento de quatro testemunhas tão discrepantes?"

Agora, exatamente 200 anos depois, após os mais penetrantes estudos, negações, e afirmações, fica de pé: a fé na ressurreição existe desde o terceiro dia depois da crucificação sob Pôncio Pilatos, muito antes que fossem escritos os Evangelhos. E os Evangelhos inteiros, não só aqueles curtos relatos da ressurreição, estão penetrados da consciência da fé na ressurreição. Muito antes que eles fossem escritos, os Apóstolos deram a sua vida por este fato. E o primeiro testemunho escrito que possuímos, nem são os Evangelhos, mas a primeira carta de Paulo aos Coríntios (1 Cor. 15, 1-12), um povo culto, grego, longe de Jerusalém. Quem o escreve é aquele Saulo que combateu a ressurreição, levando os cristãos aos cárceres. No espaço de três dias transformou-se no maior pregador da ressurreição de Jesus Cristo, porque teve o seu encontro pessoal com o Cristo vivo, que continua dirigindo o seu povo. Bem antes de Paulo, porém, Pedro e todos os discípulos não apenas acreditaram no fato da ressurreição, mas foram iluminados de tal forma que compreendiam a morte de Cristo já não como um desastre, senão como o cumprimento de toda a Escritura do AT, como obra de Deus e salvação da humanidade. De que maneira entender tal amplitude de mudança espiritual, em questão de horas, sem os fatos correspondentes que a causaram?! A

transformação da nova comunidade cristã estava pronta e firme, a tal ponto que Pedro com inteira clareza, com plena liberdade e coragem, anunciou tudo isto à assembléia multinacional dos Judeus, no dia de Pentecostes, na cidade de Jerusalém, onde tudo acontecera, diante dos mesmos Sumos Sacerdotes e de Pôncio Pilatos que o tinham realizado. "Esteja absolutamente certa, pois, toda a casa de Israel, de que a este Jesus que vós crucificastes, Deus o fez Senhor e Cristo (Messias)" (At., 2,36).

Este exemplo aduzido revela um elemento característico da obra: ela não oferece somente teologia teórica como um manual escolar, mas introduz ao conhecimento dos momentos decisivos na história do desenvolvimento doutrinal. Desejamos salientar a satisfação que sente o estudioso ao deparar com as conquistas da exegese moderna e da teologia bíblica. O fato de serem elaboradas as diversas partes por autores especialistas e submetidas à aprovação de colegas de outra Igreja, aumenta naturalmente o valor do livro como expressão de teologia atualizada. Aumenta a confiança na fé e confere à obra um grande valor pastoral para o anúncio da "fé comum" em nossos tempos, às vezes tão desconfiados e desinteressados ou hipercríticos. Estamos diante duma espécie de balancete e prestação de contas sobre a fé de sempre, reexaminada atra-

vés de séculos de separação e discussão. Termina com a comovente oração de S. Agostinho (no livro "Sobre a Trindade" XV, 51) "O quanto pude — o quanto me deste poder — perguntei por Ti, e desejei com a inteligência contemplar o que creio, e muito disputei e muito me afadiguei..." (p. 422).

Não nos cabe, por certo, e nem nos atribuímos as credenciais para tanto, entrar num exame teológico-doutrinário da obra. Provavelmente haverá quem aponte dúvida aqui e ali, queira apresentar observação crítica num ponto e complemento num outro. O feito da obra é conhecido e a "Introdução" fornece os esclarecimentos necessários, inclusive a nota (p. 16) de que o original apareceu com a aprovação da competente autoridade diocesana.

Esperamos que o diálogo ecumênico e o estudo comum das "questões disputadas entre as Igrejas" levem também nesses assuntos até aquela unidade de fé e Igreja, que é o objetivo do Movimento Ecumênico e foi formulada por S. Agostinho nas sábias palavras "In necessariis unitas, in dubiis libertas, in omnibus caritas".

Vê-se já pelo número e tamanho das páginas que a edição espanhola difere da portuguesa por uma impressão menos apertada. Ela outrossim tem a vantagem de colocar as notas, não ajuntadas no fim do livro como o original alemão e a tradução

portuguesa (pp. 423-428), mas ao pé da página em que ocorre. Além disso apresenta nas pp. 727-748 um "Índice de Conceptos" (o "Sachverzeichnis" da edição original), cujos principais ("Dios", "Fé", etc.) vem analisados em seus diversos componentes e relacionamentos, tratados no texto, sempre com a indicação da página. Referente à tradução portuguesa ouvimos de um leitor a observação que às vezes ficava na dúvida sobre o sentido exato de uma frase e se o tradutor entendeu bem o original. Precisamos de fato recorrer às vezes ao original para captar melhor o enunciado. Por exemplo é traduzido "das ur-christliche Glaubensverstaendnis" com "a mentalidade cristã primitiva" (pag. 104.

"Leidensankuendigungen" com "declarações sobre a paixão" (p. 108), "Bedeutung der Konfessionen — heute" com "Importância das Confissões hoje"; o tradutor espanhol, mais feliz, escreveu "significado actual de las Confesiones" (p. 706). Apontar erros tipográficos não constitui surpresa, certamente; causam contudo dificuldade, quando por exemplo falta o "não" (p. 113), ou a palavra "Deus" (p. 122), ou se lê "povo éon" em vez de "novo éon" (p. 126), "moral" em vez de "mortal" (p. 110), e casos semelhantes. Numa nova edição, que vivamente desejamos a esta obra, tais imperfeições podem ser eliminadas.

P. Frederico Laufer S.J.

RODRÍGUEZ, Mauro: *La teología católica ante el psicólogo*. 244 pp., 21,7 X 14,2 cm. Editorial Herder. Barcelona. Espanha. 1977.

O título da obra e o índice sumário, com a indicação de realidades fundamentais do cristianismo, poderiam dar a impressão que o livro fosse um estudo interdisciplinar sério de alto nível. Sua leitura, entretanto, mostra justamente o contrário.

O autor é doutor (a indicação não especifica em que; cf. pág. 15), psicólogo clínico (cf. pág. 154); afirma ser católico (cf. p.

ex. pág. 232), mas por suas exposições ao longo do livro ele mesmo se exclui da comunidade católica; dá a entender que foi seminarista, estudante em universidade pontifícia italiana, por volta de 1955 (cf. pág. 27s); conhece a vida de religiosos, da qual a sua geração foi testemunha (cf. pág. 153, nota 15).

O livro divide-se em duas partes: I "Dogmas"; II "Símbolos".

Na segunda parte o autor em

oito itens (ao todo vinte páginas) relaciona diversos aspectos da religião com os símbolos. Há elementos positivos, outros deixam a desejar.

Na primeira parte, "Dogmas", que se ocupa das realidades fundamentais do cristianismo, o autor segue em cada capítulo o seguinte esquema: "a doutrina oficial", "dificuldades" e "interpretação psicológica".

No item "doutrina oficial" o autor cita textualmente algumas passagens de concílios ecumênicos, documentos papais, concílios regionais, comissões pontifícias etc., relativas a uma realidade ensinada pelo catolicismo.

Os textos não são apresentados em seu contexto histórico, nem doutrinal. O autor não se preocupa em investigar qual o verdadeiro sentido, o valor e a intencionalidade das doutrinas apresentadas. Além disso, tudo é apresentado indistintamente como "dogma", embora o autor na introdução afirme usar o termo em sentido amplo: "toda declaração oficial do magistério da Igreja com a intenção de obrigar os fiéis a aceitá-la em consciência" (pág. 21).

Nestas condições: que valor científico tem a afirmação do autor do "recurso direto às fontes" (pág. 22)? que valor terão as dificuldades levantadas à doutrina, enquanto dizem relação à sua compreensão?

No segundo item de cada capítulo o autor levanta "dificuldades" contra a doutrina oficial.

Afirma, entretanto, na introdução que não está de acordo com todas elas, elencando-as a título de informação (cf. pág. 22). Será somente a título de informação, ou outro motivo oculto, talvez inconsciente, o move a isto?

Os mais diversos tipos de "dificuldades" são aduzidos, de acordo com a respectiva "doutrina oficial". Algumas surgem de contradições, reais ou aparentes, presentes na própria bíblia, na exposição da doutrina do magistério. Outras surgem da dificuldade de inteligência da doutrina oficial ou da teologia (repare-se que o autor no decorrer do livro não é coerente em distinguir entre a doutrina do magistério e a reflexão teológica!). Outras surgem por comparações com a história das religiões. Outras partem mais das ciências exatas e de correntes de pensamento moderno. Outras dificuldades apresentadas são aparentes, pois um melhor conhecimento do que realmente a Sagrada Escritura, o Magistério da Igreja e os teólogos querem ensinar mostraria o equívoco do autor. Basta citar dois exemplos. Entre as dificuldades apresentadas contra a encarnação do Verbo lê-se o seguinte: "Em fisiologia científica moderna... que sentido tem afirmar que 50% (herança paterna de Jesus) é divino, enquanto os outros 50% (herança materna) é humano? Se corre o risco de cair na caricatura e no ridículo, entendendo a encarnação

como se a substância divina tivesse sido encerrada e forrada de carne como se cobre um gelado com uma camada de chocolate" (pág. 89). Entre as dificuldades levantadas contra a ressurreição e ascensão de Jesus encontram-se as seguintes afirmações: "A ascensão, contrarréplica da do profeta Elias encaixa em um contexto obviamente mitológico: supõe o mundo como uma casa de três pisos. Quem prescinde dele já pode romper-se a cabeça perguntando-se: para onde foi o corpo de Jesus? (porque um corpo de carne e osso só pode estar em um lugar preciso); que esteve fazendo durante estes dois mil anos? em que posição se encontra? modifica-a? senta-se e deita-se? fala com alguém? sai a passear com Maria? mora numa casa ou ao ar livre? Finalmente uma pequena dificuldade teológica. Afirma-se que a ressurreição de Jesus é a base principal da fé cristã. Mas os Evangelhos nos relatam muitos casos de fé, e de fé amplamente louvada por Jesus, antes da ressurreição (grifos do autor). Seria lícito deduzir então que o papel da ressurreição não é tão absorvente como o tínhamos pensado?" (pág. 95).

O que revelam estas dificuldades e a maneira de apresentá-las? Além de um desconhecimento da verdadeira mensagem cristã, elas não manifestam uma origem de cunho psicológico?

O magistério da Igreja e os teólogos não fecham os olhos às dificuldades que lhe são propostas, venham donde vierem. A maior parte (talvez todas) das dificuldades propostas pelo autor já foram respondidas ao longo da história e hoje, com objetividade e seriedade.

No terceiro item de cada capítulo o autor procura dar a "interpretação psicológica" da "doutrina oficial" (na maioria dos casos do que ele julga ser esta doutrina), concluindo o item com o que a seu modo de ver a doutrina poderia ter de positivo.

Na maioria dos casos a interpretação psicológica se resume em afirmar que a doutrina em questão é um meio para exercer diversos tipos de poder, de dominação, e é uma projeção psicológica.

Certamente pode-se reconhecer que ao longo da história houve casos em que uma doutrina fosse manipulada para exercer dominação; que houve casos em que a maneira de exprimi-la, o modo de apresentá-la possam tanto ter servido a este ou aquele tipo de dominação, como também fossem acompanhadas de projeções psicológicas.

Mas insinuar que quase toda doutrina cristã, no que tem de fundamental e essencial, se reduza a meios de dominação ou seja projeção psicológica é falta total de espírito científico, objetivo e imparcial. É o mesmo que

afirmar que autênticas amizades, o amigo e todo relacionamento a ele, como também a vida conjugal, o cônjuge e todo relacionamento a ele, se reduzam a dominações de poder e a projeções psicológicas pelo simples motivo de a pessoa humana ter necessidade e impulsos de ter amigos, ter necessidade e impulsos de amá-los e de manifestar este amor e amizade com gestos, sinais e palavras...

Um pouco de psicologia sabia descobrir a que absurdos chegam "certos psicólogos" quando estabelecem "certo tipo" de psicologia como norma e critério último de todas as coisas. Nosso autor escreve que não quer "de forma alguma substituir com um dogmatismo psicológico o dogmatismo teológico" (pág. 23). Entretanto, cai num dogmatismo psicológico. Tais psicologismos e exageros, entretanto, não tem de ver nada com uma autêntica e sã psicologia.

O que diria um psicólogo sério sobre este livro, escrito por um ex-católico, ex-seminarista e provavelmente ex-religioso? Que significado psicológico tem a admoestação inicial e defensi-

va do autor (pág. 9) contra possíveis "reações" da instituição e de teólogos? Que significado psicológico tem um livro quase todo escrito contra a "doutrina oficial" da Igreja católica, muitas vezes mal entendida e mal interpretada? Que significado psicológico tem uma certa agressividade e ironia que transpiram ao longo do livro? Parece que "Freud nos explicou como muitas de nossas idéias são racionalizações, quer dizer tentativas de justificar *post factum* (grifo do autor) nossas atitudes, e como mesmo as concepções de ordem mais teórico e espiritual costumam delatar impulsos biológicos e expressar necessidades individuais e de grupo" (pág. 20s).

O livro teologicamente não tem valor. Como estudo interdisciplinar também não. Pode ser útil para quem quiser encontrar, num só volume, muitas dificuldades, antigas e mais recentes, reais ou fictícias, contra a mensagem cristã. Poderá também servir para aqueles, que como o autor, procuram "razões" para justificar e racionalizar suas atitudes, posições e projeções.

P. Claudio Luiz Bins S.J.

HISTORIA 16 – EXTRA IV – Noviembre 1977 – LA
MASONERIA. Avda. Generalísimo 15-17, planta 9, Madrid
 - 16.

HISTORIA 16 é uma revista espanhola de cultura histórica, editada em Madrid. Além de seus números ordinários, publica números especiais, que denominam de EXTRA, totalmente dedicados a um assunto. O último, o quarto, de novembro do ano p.p., é todo ele sobre a Maçonaria: sua história, mitos e simbolismo, magia e esoterismo. Bela capa a cores reproduzindo miniatura de uma Bíblia francesa e representando Jesus Cristo, Supremo Arquiteto do Universo. Uma apresentação: Luz e Taquígrafos, e 17 artigos, com rica e profusa ilustração: 259 gravuras, todas a cores.

Eis os títulos dos artigos: Que é a Maçonaria, A Mulher e a Maçonaria, Os Católicos e a Maçonaria, Satanismo e Maçonaria, Judaísmo e Maçonaria, A Maçonaria espanhola no século XVIII, Os Maçons na História Contemporânea espanhola, Bases Sociais da Maçonaria: JAEN 179-1903, A Maçonaria nos Estados Unidos, História da Maçonaria na Grã Bretanha, A Maçonaria francesa do século XVIII ao século XX, a Maçonaria na Itália, a Música maçônica, A Arte maçônica e seus Símbolos, Maçonaria, esoterismo e ocultismo, Léxico maçônico e Bibliografia sumária.

O já famoso Pe. José A. Ferrer Benimeli, S.J. escreveu vá-

rios desses trabalhos: Que é a Maçonaria, Os Católicos e a Maçonaria, Satanismo na Maçonaria, A Maçonaria Espanhola no século XVIII, Os Maçons na História Contemporânea Espanhola, Judaísmo e Maçonaria, e Léxico maçônico.

Ferrer Benimeli tem várias obras publicadas sobre o assunto, às quais nos referimos nas recensões da sua monumental tese doutoral e publicada por nossa revista, em seu nº 20, págs. 216 s., e da sua mais recente "La Masoneria Actual", nova edição, ampliada e melhorada, de "La Masoneria despues del Concilio", de 1968.

"A Maçonaria na Itália" é explanado pelo Padre Paulino Rosario F. Esposito, professor da Universidade Gregoriana de Roma, também especialista no assunto, na Itália, com o Pe. Giovanni Caprile, S.J. da "Civiltà Cattolica". Ambos vêm dialogando com maçons italianos categorizados. Aquele, por exemplo, com o prof. Giordano Gamberini, então Grão-Mestre da Maçonaria italiana, no já célebre Encontro de Savona, de 25-6-1969, e, pouco mais tarde, no de Verona, na Loja Fra Giocondo. É autor de numerosos artigos sobre a Maçonaria em revistas especializadas ou não, e de duas obras básicas: "La Massoneria e l'Italia, dal 1800 ai nostri

giorni", 608 pgs. Edizioni Paoline, de Roma e que teve sucessivas edições. A primeira é de 1956. A outra traz este estranho título: "Le buone opere dei laicisti, degli anticlericali e dei frammassoni", da mesma editora, 512 pgs. 1970, com significativa apresentação de G. Camberini.

"A Arte maçônica e seus Símbolos" é de autoria do advogado da corte de Paris, Alec Mellor, amigo e colaborador do Pe. Michel Riquet, S.J., célebre expregador quaresmal de Notre-Dame de Paris, especializado em Maçonaria e continuador da obra de Joseph Berteloot, S.J. Repercutiu, não só em toda a França, como em todo o mundo, a conferência que fez na Loja Volney, de Laval, em 19-3-1961, com a presença da fina flor de todas as Obediências francesas e a convite do seu Venerável Marius Lepage, sobre o pensamento da Igreja a respeito do ateísmo. Mais tarde manteve muito interessante debate público com Jean Baylot, há pouco falecido, Grão-Vigilante da Grande Loja Nacional Francesa, e publicado sob o título, "Les Francs Maçons", coleção "Verse et Controverse", da Beauchesne, Paris, 1968. Pe. Riquet e Pe. Berteloot foram e são na França o que foram, na Alemanha, o Pe. Hermann Joseph Gruber, S.J., na Áustria, o Pe. Fridrich Muckermann, S.J., na Bélgica, o Pe. Michel Dieckx, S.J., nos Estados Unidos, o Pe. John O'Brien, em Porto Rico, o Pe. Gustavo Amigó, S.J., etc.

Alec Mellor, católico praticante e esclarecido, é Venerável da Loja Esperança nº 5, da Grande Loja Nacional Francesa, e autor de várias obras, muitas das quais traduzidas em várias línguas, como, por exemplo, "Nos frères séparés, les francs-maçons" (Mame, 1961), "La franc-Maçonnerie a l'heure du choix" (Mame, 1963), "La charité inconnue de la Franc-Maçonnerie chrétienne" (Mame, 1965) que já traduzimos para nossa língua, "Lord Chesterfield et son temps" (Mame, 1970), "Dictionnaire de la Franc-Maçonnerie et des francs-maçons" (Édit. Belfond, 1971), "Les mythes maçonniques" (Payot, 1974)...

"Bases sociais da Maçonaria" é de Juan C. Gay Armenteros, professor da Universidade de Granada. "A Maçonaria nos Estados Unidos" é do Grau 33, Alphonse Cerza. E "A História da Maçonaria em Grã Bretanha" é do Dr. S. Vatcher, ex Grão-Mestre da Loja "Quator Coronati" nº 2076 E. C. de Londres, a primeira Loja exclusivamente dedicada às investigações históricas sobre a Maçonaria e da qual fazem parte sábios, maçons ou não, de todo o mundo.

"A Maçonaria francesa" é de autoria do professor Pierre Chevalier, da Universidade de Paris.

"A música maçônica", pelo professor Roger Cotte, da "Schola Cantorum" de Paris, encarregado de curso na Sor-

bona e na Faculdade de Letras de Reims, com boas informações sobre os maçons Beethoven, Wagner, Goethe, Mozart, Haydn, etc. e um belo estudo sobre o simbolismo de FLAUTA MÁGICA, ópera de Mozart, do século XVIII, e cinematografada, magistralmente, pelo genial Ingmar Bergmann, em 1975. "Maçonaria, Esoterismo e Ocultismo" é do prof. Antônio Faivre, da Universidade de Bordeaux.

"A mulher e a Maçonaria" é de autoria de Libertad Morte, ex Grã-Mestra da Grande Loja Feminina de França.

São estudos bem documentados e fundamentais para quem quer ter uma visão realista, objetiva e imparcial da Maçonaria.

Pe. Valério Alberton, S.J.

LIBÂNIO, J.B.: Discernimento Espiritual, Reflexões Teológico-Espirituais. 206 pp., 14 X 21 cm. Edições Loyola, São Paulo, 1977.

Há no mundo de hoje uma explosão de subjetividade. Os indivíduos proclamam, por vezes, uma liberdade de consciência extrema, diante de leis e normas, até há pouco consideradas intocáveis e não resiste à tentação de querer construir seu próprio mundo, segundo sua visão de liberdade. Douro lado, nunca o homem foi menos livre do que hoje. Os piores inimigos da liberdade, o ser humano os leva dentro de si mesmo e são estimulados por outros externos.

Para tentar superar os extremos exagerados desse movimento oscilatório, o autor oferece uma reflexão sobre o discernimento espiritual.

Afirma fundamentalmente a liberdade criativa e responsável

do homem, que necessita tomar a cada instante decisões. Mas, como essa realidade, que se apresenta, não raro é ambígua, faz-se mister o discernimento.

O livro consta de quatro capítulos. No primeiro procura mostrar como existe uma longa tradição eclesial sobre a temática do discernimento espiritual, que encontra suas raízes no discernimento do povo de Israel e do Novo Testamento, de seus profetas, dos carismas da comunidade até S. Inácio.

No segundo capítulo o autor reflete sobre os fundamentos antropológico-teológicos, que servem de base ao próprio discernimento.

No terceiro capítulo apresenta rapidamente o contexto da vida cristã, eclesial e religiosa,

em que se pratica o discernimento.

No quarto, dedica-se ao estudo da estrutura do processo de discernimento como é apresentado por S. Inácio, sobretudo no livro dos Exercícios Espirituais, situando-o dentro da experiência pessoal do próprio Inácio.

A presente obra merece um estudo atento e aprofundado. Tanto para os que se julgam "progressistas", como para os que são qualificados de "con-

servadores", a presente reflexão pode ajudar na descoberta da verdade, que todos pretendem seguir, e que não é apenas a "conformidade do intelecto com a coisa", mas a "conformidade do intelecto com a coisa verdadeira". Como a realidade é ambígua tanto ao manifestar, como ao esconder a "verdade", esta deverá continuamente ser discernida na realidade.

I. Sallet

MENNINGER, Karl: *Eros e Tânatos. O homem contra si próprio*. Tradução do original norte-americano por Aydano Arruda. 411 pp., 14 X 21 cm, IBRASA, São Paulo, 1970.

O autor quer descrever a grande luta que o homem trava em sua existência: amor e ódio. Os grandes inimigos do ser humano não são externos, mas internos. A pessoa humana leva dentro de si mesmo potências de construção e de destruição, que são o amor e o ódio (Cap. I).

No capítulo segundo do livro o autor focaliza o suicídio, que se apresenta aos olhos da sociedade como um "Tabu". Muitos nem sequer querem ouvir falar dele. Examina as "motivações" que levam o homem a esse ato extremo e descreve os três componentes fundamentais do suicídio: o desejo de matar, o desejo de ser morto, e o desejo de morrer.

No capítulo terceiro descreve várias modalidades de auto-destruição, que não culminam com o suicídio propriamente dito, mas que são uma lenta auto-destruição, denominada de "suicídio crônico". Nessa lenta auto-destruição coloca o ascetismo e o martírio, a invalidez neurótica, a adição ao álcool, a psicose e comportamentos anti-sociais. Propõe estudar psicologicamente essas várias formas de comportamento, detectando-lhes as motivações. Falando em "ascese e martírio", o autor parece fazer suas as afirmações de Nietzsche, que disse: "o cristianismo só permitiu duas formas de suicídio — o martírio e o lento suicídio do asceta". "Pe-

los relatos, continua o autor, das austeridades dos monges antigos e medievais tem-se a impressão de que muitos deles encurtavam seus dias por esses dois métodos" (pág. 90). Devíamos ver quem faz tais relatos. Pois segundo a ótica e visão que alguém tem do martírio e da ascese cristã, pode desfocar sua intencionalidade e desfigurar seu verdadeiro sentido.

"É evidente, continua na mesma página, que o asceta se destrói em maior ou menor grau por rigores auto-impostos...". Parece-nos exageradas tais afirmações. Percebe-se também que o autor se dá conta duma "ascese" e dum tipo de "martírio" que "denota a vitória dos elementos construtivos mais que dos elementos destrutivos da natureza da pessoa". Por isso somos de parecer que os elementos de sua análise ficariam melhor evidenciados e ganhariam em valor se caracterizasse com maior precisão suas

afirmações sobre "ascese e martírio", quando se trata de ascese e martírio "neuróticos". Suas afirmações se baseiam fundamentalmente em análises de "exemplos de auto-imolação em que o desejo de destruir o eu é mais claramente demonstrado, relativamente livre de impulsos neutralizadores em favor da vida e do amor" (pág. 91) e "aqueles em que os elementos de valor social, indicado pela utilidade de sacrifício, esteve ausente ou distintamente subordinado às satisfações pessoais" (pág. 92).

Nos capítulos IV e V analisa tipos diversos de suicídios, para concluir com uma reflexão sobre técnicas de reconstrução da pessoa humana neurótica. O livro é de valor, visto tratar-se de um dos mais famosos psiquiatras e psicanalistas, conhecedor da matéria.

I. Sallet